

SolarGrid Holding S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Diretores e Quotistas da
Solargrid Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solargrid Holding S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos resultados abrangentes e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Solargrid Holding S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2022.



PREMIUMBRAVO
Auditores Independentes
CRC- RJ 004216/8



LUIS AURÊNIO BARRETTO
Contador
CRC-RJ 076875/0

SolarGrid Holding S.A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	7	7	5.131	920
Contas a receber de clientes	5	-	-	68.424	1.812
Tributos a recuperar		37	37	255	131
Estoques	6	-	-	11.525	6.156
Importações em andamento		-	-	-	87
Adiantamentos diversos		3	-	4.570	1.318
Despesas antecipadas		-	-	20	-
		47	44	89.925	10.425
Não circulante					
Partes relacionadas	20	13.867	3.307	251	18
Impostos diferidos		-	-	2.028	2.028
Investimentos em sociedades controladas	9	4.790	3.255	-	-
Imobilizado	7	-	-	5.004	4.611
Intangível	8	-	-	32	50
		18.657	6.562	7.315	6.707
Total do ativo		18.704	6.606	97.240	17.132
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	3.476	2.500	9.476	3.500
Contas a pagar	11	-	12	59.179	692
Tributos a recolher	10	1	-	276	515
Obrigações sociais e trabalhistas	12	-	-	151	150
Contas a pagar - partes relacionadas	20	10.308	-	10.308	-
Provisão para IRPJ e CSLL correntes		-	-	718	-
Adiantamento de Clientes		-	-	12.224	2.441
Outras contas a pagar		11	35	-	13
		13.796	2.547	92.332	7.311
Não circulante					
Empréstimos - parte relacionada	20	-	500	-	6.262
Empréstimos e financiamentos	13	35	-	35	-
		35	500	35	6.262
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	10.078	10.078	10.078	10.078
Prejuízos acumulados		(5.205)	(6.519)	(5.205)	(6.519)
		4.873	3.559	4.873	3.559
Total do passivo e patrimônio líquido		18.704	6.606	97.240	17.132

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SolarGrid Holding S.A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	15	-	-	108.805	20.387
Custo de vendas e serviços	16	-	-	(99.729)	(15.033)
Lucro bruto		-	-	9.076	5.354
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais	17	(15)	(10)	(6.767)	(4.283)
Outras receitas operacionais		-	-	89	56
Equivalência patrimonial	9	1.535	2.788	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		1.520	2.778	2.398	1.127
Resultado financeiro líquido	18	(206)	(326)	(583)	(486)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.314	2.454	1.815	641
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	-	-	(716)	1.811
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	215	-
Lucro do período		1.314	2.454	1.314	2.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SolarGrid Holding S.A

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro do exercício	1.314	2.454	1.314	2.454
Total de outros resultados abrangentes líquidos de impostos	1.314	2.454	1.314	2.454

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SolarGrid Holding S.A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>10.078</u>	<u>(8.974)</u>	<u>1.105</u>
Lucro do exercício	-	2.454	2.454
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>10.078</u>	<u>(6.519)</u>	<u>3.559</u>
Lucro do exercício	-	1.314	1.314
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>10.078</u>	<u>(5.205)</u>	<u>4.873</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SolarGrid Holding S.A

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora		Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	1.314	2.454	1314	2.454
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
Depreciação	-	-	213	211
Baixa de valor residual	-	-	-	988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(215)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	716	-
Amortização de intangível	-	-	19	18
Perda\Ganho de equivalência patrimonial	(1.534)	(2.788)	-	-
	(220)	(334)	2.047	3.671
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(66.612)	(203)
Estoques	-	-	(5.369)	(3.610)
Tributos a recuperar	1	-	(124)	1.479
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	2.075
Adiantamentos e importações em andamento	(3)	-	(3.251)	754
Impostos diferidos	-	-	-	(2.028)
Despesas antecipadas	-	-	(20)	-
Venda de ativo imobilizado	-	-	-	14.751
Parte relacionadas (líquido)	(754)	489	3.900	885
Contas a pagar	(35)	-	58.487	(860)
Obrigações fiscais	-	(6)	(240)	(1.342)
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1	(510)
Adiantamento de clientes	-	-	9.784	(12.559)
Outros	34	(170)	20	19
	(757)	313	(3.424)	(1.149)
Gerado pelas operações:				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	217	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(977)	(21)	(1.160)	2.522
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	-	-	(606)	(3.540)
Aporte de capital em investida	-	(202)	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	-	(202)	(606)	(3.540)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos líquidos	977	(279)	5.977	1.290
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	977	(279)	5.977	1.290
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(0)	(502)	4.211	272
Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	7	509	920	648
No final do exercício	7	7	5.131	920
	(0)	(502)	4.211	272

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Solargrid Holding S.A. é uma Companhia brasileira que tem por objetivo a participação em outras Companhias, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

1.1 Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (“COVID-19”)

Diante do surgimento da pandemia relacionada ao novo Coronavírus, que provocou impactos na saúde pública e na economia do Brasil e de diversos países, a Companhia informa que vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos de acordo com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar impactos à saúde e segurança dos empregados, familiares, parceiros e comunidades, bem como à continuidade de todas suas operações. Essas medidas estão em conformidade com as leis vigentes neste país e seus regulamentos internos.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de setembro de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

Ajustes a valor presente

Quando aplicável os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com

base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 18.

2.3 Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as Companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas a seguir relacionados:

	Participação	
	2021	2020
Solargrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda	99,99%	99,99%

2.4 Moeda Funcional e moeda de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e

as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

(i) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida. A Companhia não tem nenhuma contingência judicial reconhecida nessas demonstrações financeiras.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros.

3.2 Imobilizado

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído, considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas quando aplicável, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens.

Os ativos imobilizados estão ao valor de custo de aquisição (todos os custos necessários à colocação do bem em operação, incluindo a capitalização de custos de empréstimos, quando aplicável), deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro, quando aplicável, são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.3 Investimento em controlada

O investimento na controlada Solargrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.4 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.5 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à vendas de produtos e serviços. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.10 Reconhecimento de receita

a. Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

(a) Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (b) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (c) O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (d) É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (e) Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

b. Receita de serviços

A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;

c. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.11 Tributos

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram calculados conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e

contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.12 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Um contrato de arrendamento, quando indentificado com as premissas do CPC 06, é reconhecido como direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.13 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

i. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações à IAS 12	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo para Cumprir o Contrato	01/01/2022
Alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	Melhorias anuais às IFRS Standards – Ciclo 2018-2020	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido	01/01/2022
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações à IFRS 17	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	-	-	4	2
Bancos	4	4	5.124	882
Total	4	4	5.128	884
Aplicações Financeiras	3	3	3	36
Total	3	3	3	36
Total	7	7	5.131	920

5 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	-	-	68.424	1.812
Total	-	-	68.424	1.812

Composição por vencimento do contas a receber é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	-	-	68.424	1.812
Vencido	-	-	-	-
Total	-	-	68.424	1.812

As contas a receber são decorrentes de vendas para clientes evidenciados através de notas fiscais e contratos. O montante está registrado pelos valores nominais e não são ajustados a valor presente por representarem vencimentos de curto prazo logo sem efeito relevante nas demonstrações financeiras.

6 Estoques

A rubrica de estoques é constituída principalmente dos saldos de Projetos em Desenvolvimento que foram gastos e aguardam a medição do cliente para serem faturados e levados a resultado conforme composição abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Projetos Bahia	-	-	2.512	2.790
Projetos São Paulo	-	-	2.026	1.979
Projeto Minas Gerais	-	-	712	1.240
Projeto Rio Grande do Sul	-	-	6.200	79
Outros	-	-	75	68
Total	-	-	11.525	6.156

7 Imobilizado

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Terrenos		20	-	-	-	20
Máquinas e equipamentos	10%	421	19	-	(181)	259
Computadores e periféricos	20%	74	149	-	(15)	208
Móveis e utensílios	10%	25	6	-	(4)	27
Benfeitorias	4%	274	1	-	(13)	262
Imobilizado em andamento		3.797	431	-	-	4.228
Total		4.611	606	-	(213)	5.004
Custo		5.203				5.809
Depreciação acumulada		(592)				(805)
Imobilizado líquido		4.611				5.004

2020						
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Terrenos		20	-	-	-	20
Máquinas e equipamentos	10%	542	58	-	(179)	421
Computadores e periféricos	20%	33	57	-	(16)	74
Móveis e utensílios	10%	19	10	-	(3)	25
Benfeitorias	4%	286	-	-	(13)	274
Imobilizado em andamento		16.121	3.415	(15.739)	-	3.797
Total		17.021	3.540	(15.739)	(211)	4.611
Custo		17.402				5.203
Depreciação acumulada		(381)				(592)
Imobilizado líquido		17.021				4.611

8 Intangível

Consolidado

		2021		
	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2020	Adição	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso de software	20%	50	-	32
Total		50	-	32
Custo		94		95
Amortização acumulada		(44)		(63)
Intangível líquido		50		32

		2020		
	Taxa de Amortização	Saldo em 31/12/2019	Adição	Saldo em 31/12/2020
Direito de uso de software	20%	68	-	50
Total		68	-	50
Custo		94		94
Amortização acumulada		(26)		(44)
Intangível líquido		68		50

9 Investimento

	Saldo em 31/12/2020	Equivalência	Saldo em 31/12/2021
SolarGrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda	3.255	1.535	4.790
	3.255	1.535	4.790

	Saldo em 31/12/2019	Equivalência	Saldo em 31/12/2020
SolarGrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda	467	2.788	3.255
	467	2.788	3.255

10 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Pis s/faturamento	-	-	34	34
COFINS s/faturamento	1	-	153	153
Impostos retidos	-	-	22	22
Tributos Municipais	-	-	67	78
IRPJ e CSLL	-	-	-	217
Outros	-	-	-	11
Total	1	-	276	515

11 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Aquisição de equipamentos sistema gerador	-	-	57.250	-
Serviços prestados diversos	-	12	1.929	692
	-	12	59.179	692

12 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários	-	-	55	55
Provisão de férias	-	-	64	65
INSS a recolher	-	-	18	18
FGTS a recolher	-	-	9	9
Outros	-	-	5	3
Total	-	-	151	150

13 Empréstimos e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Itaú Unibanco S.A Nassau Branch - 4131 Empréstimo consignado Santander (SGC)	R\$		10,871 % a.a%	2022	3.476	2.499	3.476	2.499
Juros					35	-	35	-
					3.511	2.500	9.511	3.500
Passivo circulante					3.476	2.500	9.476	3.500
Passivo não circulante					35	-	35	-

Em 29 de Julho de 2021, a empresa firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch - , no montante de US\$ 675.000,00 (R\$ 3.476.250,00) junto a NDF para travar a taxa da operação, tendo ocorrido a liberação total no dia 04 de agosto de 2021. O objetivo desta captação foi a rolagem de dívida vencendo na mesma data.

Sobre o principal da dívida incidem juros de 10,871% a.a. com exigibilidade de 1 ano sem período de carência.

O valor do principal será amortizado em parcela única na data de 04 de fevereiro de 2022.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos de 2021 e 2020:

Controladora

Saldo inicial 31.12.2019	2.210	Saldo inicial 31.12.2020	2.500
(+) Juros incorridos	-	(+) Juros incorridos	-
(-) Pagamento de juros	(34)	(-) Pagamento de juros	(206)
(-) Pagamento de principal	(3.021)	(-) Pagamento de principal	(5.584)
(+) Aquisição de empréstimo	3.344	(+) Aquisição de empréstimo	6.767
(+) Reclassificação	1	(+) Reclassificação	34
Saldo Final 31.12.2020	2.500	Saldo Final 31.12.2021	3.511

Garantias

O empréstimo conta com aval de intervenientes fiadores (sócios pessoas físicas) além de 100% do valor da operação em cotas de fundos de investimentos cedidos em garantia por um de seus sócios.

Consolidado**Consolidado**

Saldo inicial 31.12.2019	2.210	Saldo inicial 31.12.2020	3.500
(+) Juros incorridos	-	(+) Juros incorridos	-
(-) Pagamento de juros	(34)	(-) Pagamento de juros	(206)
(-) Pagamento de principal	(3.021)	(-) Pagamento de principal	(5.584)
(+) Aquisição de empréstimo	4.344	(+) Aquisição de empréstimo	11.767
(+) Reclassificação	1	(+) Reclassificação	34
Saldo Final 31.12.2020	3.500	Saldo Final 31.12.2021	9.511

14 Patrimônio líquido**14.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 10.078.e está representado por 8.452 ações sem valor nominal.

SolarGrid Holding S.A*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020*

	Qde de ações		Capital	
	2021	2020	2021	2020
Marcos Amado Andrade	5.133	5.133	6.121	6.122
Oskar Fossati Metsavaht	2.239	2.239	2.670	2.670
Bruno Shelton Carvalho de Paoli	980	980	1.168	1.168
Diogo Zevarucha Pinheiro	100	100	119	119
Total	8.452	8.452	10.078	10.078

Resultado do exercício

A Companhia registrou lucro no montante de R\$ 1.314 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.314	2.454
(-) Prejuízo acumulados anteriores	(6.519)	(8.974)
Base para a constituição de reserva legal	(5.205)	(6.519)

15 Receitas líquida operacional

A composição das receitas de vendas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas operacionais				
Receita com vendas	-	-	102.697	524
Receita de serviços	-	-	17.558	22.226
Receita de aluguel	-	-	186	175
Receita bruta	-	-	120.441	22.925
(-) Deduções da receita bruta				
PIS	-	-	(2.000)	(378)
COFINS	-	-	(9.279)	(1.743)
ISS	-	-	(357)	(417)
Total das deduções da receita bruta	-	-	(11.636)	(2.538)
Total da receita líquida	-	-	108.805	20.387

16 Custos operacionais

A composição dos custos operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Serviços prestados				
Manutenção das instalações (O&M)	-	-	(925)	(655)
Custos com serviços	-	-	-	(5)
Custos com instalação	-	-	(8.755)	(13.894)
Custos do sistema gerador (POC)	-	-	(91.555)	-
Outros custos	-	-	1.737	(479)
Depreciação	-	-	(231)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(99.729)</u>	<u>(15.033)</u>
Total dos custos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(99.729)</u>	<u>(15.033)</u>

17 Despesas administrativas e despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas por natureza é demonstrada abaixo:

Despesas administrativas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Publicidade	-	-	(34)	-
Água e esgoto	-	-	(11)	-
Energia elétrica	-	-	(19)	-
Seguros	-	-	(61)	-
Viagens e estadias	-	-	(391)	(128)
Despesa com pessoal	-	-	(1.564)	(851)
Confraternizações	-	-	(1)	-
Correios	-	-	(14)	-
Custas processuais	(1)	-	(61)	-
Manutenção	-	-	(28)	-
Telefone	-	-	(5)	-
Aluguel	-	-	(185)	(204)
Internet	-	-	(16)	-
Depreciação	-	-	-	(229)
Outras	-	-	(304)	(345)
	<u>(1)</u>	<u>-</u>	<u>(2.694)</u>	<u>(1.757)</u>

SolarGrid Holding S.A*Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020*

Impostos e taxas	2021	2020	2021	2020
Multas	-	-	(1)	-
Taxas estaduais	-	-	(1)	-
Outros impostos e taxas	(6)	(1)	(53)	(76)
COFINS	-	-	(23)	-
Contribuição associativa	-	-	(45)	-
	(6)	(1)	(123)	(76)
Despesas com serviços prestados	2021	2020	2021	2020
Honorários de Contadores	-	-	(113)	-
Honorários de Consultores	-	-	(256)	-
Honorários de Auditores	(5)	-	(29)	-
Honorários de Advogados	(3)	-	(235)	-
Outros Serviços	-	(9)	(3.317)	(2.450)
	(8)	(9)	(3.950)	(2.450)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(15)	(10)	(6.767)	(4.283)

18 Resultado financeiros

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	-	-	2	-
Variação cambial ativa	-	-	-	1
Desconto	-	-	3	2
	-	-	5	3
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	(189)	(319)	(260)	(339)
Juros de empréstimos	(17)	(5)	(287)	(120)
Variação cambial passiva	-	-	(8)	-
Encargos sobre pagamento em atraso	(0)	-	(17)	(6)
Custos com empréstimos	-	(2)	(16)	(24)
	(206)	(326)	(588)	(489)
Resultado Financeiro líquido	(206)	(326)	(583)	(486)

19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.313	2.452	1.815	977
Imposto de renda e da contribuição social calculados a alíquota efetiva (34%)	(447)	(834)	(617)	(217)
Reversão da provisão para perda de impostos diferidos	-	348	-	2.028
Equivalência patrimonial	522			
Outros	(75)	486	116	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(501)</u>	<u>1.811</u>

A Companhia contabilizou imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, devido a perspectiva de geração de lucro tributável futuro para realização desses créditos fiscais.

Os prejuízos fiscais a compensar podem ser compensados indefinidamente contra lucros tributáveis futuros, limitada a 30% do lucro tributável do exercício corrente. Para a plena realização dos ativos fiscais diferidos, a Companhia necessitará gerar lucros tributáveis no futuro.

20 Transações com partes relacionadas

As transações com sua parte relacionada são demonstradas como se segue:

20.1 Contas a receber - partes relacionadas

ATIVO	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Solargrid Comércio	13.867	3.307	251	18
Autogeração Solar Participações	-	-	-	-
Total	<u>13.867</u>	<u>3.307</u>	<u>251</u>	<u>18</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	13.867	3.307	251	18

20.2 Contas a pagar - partes relacionadas

PASSIVO					
		2021	2020	2021	2020
Solargrid Comércio		-	-	-	-
Autogeração Solar Participações		10.308	-	10.308	-
Total		10.308	-	10.308	-
Circulante		10.308	-	10.308	-
Não circulante		-	-	-	-

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo através do resultado	7	7	5.131	920
Contas a receber - partes relacionadas	Custo amortizado	-	3.307	-	18
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	68.424	1.812
Passivos					
Contas a pagar	Custo amortizado	-	12	59.179	692
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo amortizado	10.308	-	10.308	-
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	3.511	2.500	9.511	3.500

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da

Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

A Companhia não possui nenhuma exposição ao risco de crédito com nenhuma contraparte ou grupo de contrapartes com características semelhantes. A Companhia define como contrapartes como tendo características semelhantes aquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	7	5.131	920
Contas a receber - partes relacionadas	-	3.307	-	18
Contas a receber de clientes	-	-	68.424	1.812

Por meio de suas atividades, a Companhia não está exposta a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração da Companhia.

b. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas que tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	Controladora		Consolidado	
	2021		2021	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	-	-	59.179	-
Contas a pagar com partes relacionadas	10.308	-	10.308	-
Empréstimos e financiamentos	3.476	35	9.476	35
	13.784	35	78.963	35
	2020		2020	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	12	-	692	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.500	-	3.500	-
	2.512	-	4.192	-

c. Mensuração dos instrumentos financeiros

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

22 Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por montantes considerados pela Administração como suficientes para a cobertura dos riscos envolvidos.

23 Eventos subsequentes

Após 31 de dezembro de 2021 não ocorreram fatos que a Companhia entenda como necessária sua divulgação, além do fato do Coronavírus (COVID-19). Acreditamos ainda não ser possível mensurar os efeitos econômicos decorrentes da propagação do Coronavírus (COVID-19) e das medidas governamentais tomadas para evitá-la. Esse evento acabou afetando a economia mundial e, certamente, poderá gerar impactos que devem ser refletidos, em alguma extensão, nos demonstrativos contábeis. Adicionalmente ressaltamos que os impactos ocasionados nas operações, podem advir também do resultado das medidas adotadas para a contenção desta pandemia.

Nesse momento, cabe apenas alertar quanto à possibilidade destes impactos, mensuráveis ou não, bem como aos riscos e incertezas inerentes ao COVID-19.